

**A. I. N°** - 269131.0004/03-1  
**AUTUADO** - COMERCIAL ALMEIDA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA.  
**AUTUANTE** - ANTONIO FERREIRA DA SILVA  
**ORIGEM** - INFAZ JUAZEIRO  
**INTERNET** - 15. 07. 2003

#### **4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

#### **ACORDÃO JJF N° 0255-04/03**

**EMENTA:** ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. Refeitos os cálculos do imposto. Infração parcialmente caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

#### **RELATÓRIO**

O Auto de Infração em lide, lavrado em 31/03/03, reclama ICMS no valor de R\$2.248,73 decorrente de ter deixado de efetuar o recolhimento do ICMS por antecipação, na condição de microempresa comercial varejista, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias proveniente de outras unidades da Federação.

O autuado, às fls. 33 a 37, inicialmente diz que reconhece o valor parcialmente de R\$1.915,52 e solicita o pagamento da parcela inicial do débito.

Aduz que a parte restante (R\$ 333,21), deve ser tornada sem efeito pela SEFAZ, visto que, foi um equívoco do auditor na hora do fechamento da planilha de cálculo que em vez de abater o crédito do ICMS abateu o IPI. Para melhor esclarecer anexou cópia das planilhas de cálculo errada e outra certa, alegando que ambas foram feitas pelo auditor autuante.

Anexou cópia do DAE do pagamento da inicial e cópia da autorização bancária para débito em conta corrente. Ao finalizar pede deferimento.

O autuante, à fl. 39, opina pelo acatamento total da defesa apresentada, tendo em vista o erro na planilha de cálculo que fundamentou o Auto de Infração. Diz que os valores corretos da autuação são os constantes na fl. 35 do processo.

Finaliza pedindo pela procedência parcial do Auto de Infração.

#### **VOTO**

Da análise das peças que compõem o presente PAF, constatei que o contribuinte impugnou o lançamento fiscal apresentando prova de que houve falha no fechamento da planilha de cálculo elaborada pelo autuante, que após apurar o valor devido na substituição, abateu o valor do IPI e não o do crédito do ICMS, para apurar o valor a recolher.

À fl. 35, juntou nova planilha demonstrando o valor que reconheceu com devido, R\$ 1.915,52, tendo o auditor autuante acatado os argumentos da defesa e solicitado o julgamento pela

procedência parcial do Auto de Infração. Assim, entendo que a infração restou parcialmente caracterizada.

Diante do exposto, meu voto é pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, no valor de R\$1.915,52.

### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **269131.0004/03-1**, lavrado contra **COMERCIAL ALMEIDA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$1.915,52**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 50%, prevista no art. 42, I, “b”, item 1, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios.

Sala das Sessões do CONSEF, 10 de julho de 2003.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO – PRESIDENTE

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA – RELATOR

ÁLVARO BARRETO VIEIRA – JULGADOR